

CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE: A AMBIVALÊNCIA DA MODERNIDADE NOS CORPOS TORTURADOS DOS PERSONAGENS DE KAFKA

Marco Aurélio Dantas Nepomuceno

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

dantasaurelio@hotmail.com

Considerado um dos mais consagrados escritores da literatura universal, autor de romances que revelaram na Europa o sentimento de angústia do homem moderno, como um indivíduo dilacerado subjetivamente pelas instituições de seu tempo, Kafka era um sujeito incompreendido dentro de um mundo desarrazoado, carcomido por guerras e catástrofes.

Franz Kafka nasceu em Praga no dia 03 de julho de 1883. O pai era um comerciante enérgico e autoritário, que marcou com seu temperamento despótico a identidade do filho; fato este, que podemos muito bem constatar em várias de suas obras, nas relações conturbadas que seus personagens manifestam com a figura paterna. A família de Kafka pertencia aos setores minoritários da população praguense, que adotavam o alemão como segunda língua. O problema estava no fato de ser uma família judaica, portanto, não era bem vista e acolhida no meio dos alemães de Praga: era um minoria dentro de uma maioria.

Conseqüentemente, o escritor checo chega à maturidade, formando-se em direito. Dentro das instituições jurídicas Kafka desenvolve a perspicácia de conhecer os meandros e as arbitrariedades do poder judiciário, enquanto formas de sujeição, na medida em que conduzia os homens às normas reguladoras, tanto no Estado burocrático, quanto nas micro-instâncias do poder como a família civilizada. Para Kafka a lei é calcada em arbitrariedades que transformam a justiça em injustiça. Em sua obra, a lei é representada de forma surreal, correta e inquestionável.

Inserido em um contexto onde o Estado se exercia na forma de um leviatã com poderes ilimitados, o autor de *O Processo* enunciava que os donos do poder realizavam as leis em proveito próprio, acrescentando:

Um partido que repudiasse a crença de que é preciso respeitar as leis e repudiasse também a aristocracia teria todo o povo a acompanhá-lo. Mas um partido assim não pode existir, porque ninguém se atreve a repudiar os aristocratas (KAFKA apud KONDER, 1974, p.45)

É através desse desencanto em face dos meandros da sociedade que Kafka produzirá suas narrativas. Uma escrita ácida, corrosiva e niilista, cujo propósito é a denúncia de um Estado totalitário e burocrático, onde os sujeitos encontram-se inertes e sem saída

no meio de um teatro de banalidade e caos. Kafka procura esboçar, assim como Bauman, as contradições advindas da modernidade, onde a racionalidade que trouxe as luzes para o progresso da ciência, não conseguiu extinguir os dispositivos de poder que negam a individualidade dos sujeitos. Dessa forma, ele se apresenta como um escritor dotado de um temperamento introvertido e sensível, que produziu histórias estranhas, nas quais a ação se desenrolava num clima de pesadelos, onde as cenas que apareciam, contribuíam para que o absurdo aparecesse da forma mais crua possível. Esse mundo absurdo - início do século XX – inaugurado no pós- guerra, refletia o caos que se encontrava a sociedade européia .

A segunda guerra mundial, a brutalidade dos campos concentração, o terror, as misérias do terceiro Reich e a morte de milhões de sujeitos antinazistas contribuíram para que essas situações de desespero fossem focadas por Kafka sob um novo olhar, e uma nova luz além do alegórico, pois ao nosso entender , o discurso literário não se constitui como um campo neutro de significado; ao contrário, o discurso da literatura enquanto *enunciado do fora* , se materializa, conclamando assim um sentido que revela o mundo ao nosso redor. O autor de *A metamorfose*, mesmo inaugurando uma nova estética denominada de *Realismo Fantástico*, prefigura em sua obra as minúcias e os dilaceramentos do nosso mundo moderno:

As histórias fantásticas de Kafka não são senão visões agudíssimas de alguns dos problemas cruciais do mundo moderno. A ficção só ‘exagera’ a verdade para que a verdade seja compreendida em toda sua profundidade (...) o que Kafka nos mostra é o interior do homem da época contemporânea, a subjetividade de um indivíduo que vive inerte ao caos (KONDER, 1974, p.200).

Embora se apresente de forma diferente, o universo traçado na obra kafkiana é o nosso habitat; e os problemas que enunciam seus personagens também são os nossos problemas. Nós carregamos – assim como Gregor Samsa ou o condenado da *Colônia Penal* – encravado em nossas costas, os dispositivos de poder de uma sociedade despótica e hierarquizada. Tal como Joseph K, protagonista de *o Processo*, nos sentimos muitas vezes numa culpabilidade que nos é estranha, sem que saibamos exatamente o seu sentido. Trata-se, portanto, da impessoalidade da lei e da vigilância, da qual somos vitimados constantemente que Kafka tanto soube explorar em seus romances.

Na segunda parte do referido artigo, elencaremos a obra chave na qual se conduzirá o nosso estudo: *A colônia Penal*. Nesse conto, Kafka narra a bizarra história vista por um explorador que vai a uma determinada colônia francesa e lá se depara com uma execução. O suplício é ordenado por um oficial de alta patente que munido de uma máquina hedionda de tortura explica ao forasteiro como se dará o desfecho da execução

do condenado. O objetivo do aparelho é tatuar no corpo desse indivíduo transgressor a seguinte frase: *HONRA TEUS SUPERIORES*.

A COLÔNIA PENAL E O ESFACELAMENTO DO CORPO

Antes de analisar-mos a referida obra, é de suma importância uma pequena discussão acerca do uso da literatura enquanto fonte historiográfica. É preciso que entendamos que a literatura de ficção, além do plano estético, é uma manifestação cultural que possibilita resgatar o momento, o homem na sua historicidade. São visões, anseios, sonhos de mundo, que abrem caminho para o historiador como campo de pesquisa. Esse impulso, portanto, que abrirá novos meandros em face de resgatar novas formas de linguagem nos campos de saberes, será problematizado pelo estruturalismo, que influenciará assim a Nova História que emergia em meados do século XX. Encontraremos, portanto, figuras como Hayden White e Foucault que questionarão as formas dominantes da historiografia tradicional, elencando dessa forma, o papel decisivo da linguagem literária enquanto discurso materializado e enquanto transgressão descontinua. Assim sendo, acreditamos na legitimidade da literatura, porque ela é, como frisou filósofo francês, *Pensamento do Exterior*, pois ao escrever, o sujeito não se limita apenas a narrar elementos de sua imanência, mas abarca toda uma conjuntura histórica e ideológica que está no fora, no seu contexto. Dessa forma, o enunciado literário torna-se uma substância materializada, consolidando-se em um acontecimento.

Ressaltamos que o sentido é histórico e a análise dos textos literários tem o aspecto importante de trabalhar a memória, por exemplo, no entrelaçamento de diferentes discursos materializados nos textos. Estudando o conto *A Colônia Penal*, visualizamos portanto sua inter- relação com a história – marcada por descontinuidade - e memória discursiva como aspectos constitutivos do literário. Cabe aqui também mencionar, que mesmo o historiador apto e seguro do uso poético de seu trabalho, tem que perceber a ponderação e os limites do uso do ficcional. Embora partilhem recursos literários em comum, a historiografia e a ficção dirigem-se a metas distintas e com diferentes resultados. Enquanto o discurso ficcional põe a verdade entre parênteses, a história procura fixá-la como conhecimento sobre o passado. Essa aporia referente às dicotomias entre verdade e ficção não são problemáticas que nasceram na nossa contemporaneidade, mas remetem a tempos antigos: a Grécia clássica, mais precisamente.

Constata-se, dessa forma, que os discursos enunciados por historiadores clássicos como Heródoto e Tucídides eram muito bem acolhidos, em detrimento dos poemas de Homero, por exemplo, pelo fato do discurso desse último não se encontrar comprometido com uma certa idéia de racionalidade. A pólis grega era uma sociedade formada de procedimentos de verdade, e como tal, estipulava aquilo que deveria se configurar como estatuto de legitimidade. O historiador e crítico literário Luís Costa

Lima, em seu último trabalho *História. Ficção. Literatura*, elucida muito bem a problemática do discurso ficcional e histórico:

Ao contrário do que sucede no discurso ficcional porque este não postula uma verdade, mas a põe entre parênteses (...) a historiografia tem um trajeto peculiar: desde Heródoto e sobretudo Tucídides, a escrita da história tem por aporia a verdade do que houve. Se lhe retira essa prerrogativa, ele perde sua função. As tentativas de Hayden White e Conford de aproximá-la do poético procuram conjurar essa dificuldade (LIMA, 2006, p.21).

Portanto, as palavras têm vida, mesmo se afastando e se mesclando. Elas vestem-se de significados e se contagiam umas com as outras; por isso tanto no discurso literário quanto no histórico as relações entre sistemas ideológicos e práticas cotidianas estão presentes; elas se apresentam como condição de especificidade de um e de outro.

Produzido na emergência dos regimes totalitários que disseminavam o terror na Europa no começo do século XX, o conto *A Colônia Penal* de Kafka narra a bizarra e surreal história de quatro homens numa colônia penal da França : um explorador, um oficial, um soldado de baixo escalão e finalmente um condenado.

Um explorador chega à determinada colônia situada em uma ilha e é conduzido por um oficial a assistir uma execução. A máquina montada para a referida execução se caracteriza de um engenho monstruoso: o condenado é deitado em uma espécie de cama de ferro, onde o aparelho, formado por várias agulhas, deve cravar em sua carne, até que ele morra o texto do artigo da lei que ele violou. O oficial argumenta ao explorador sobre a sentença incumbida ao indivíduo que transgrediu as regras:

Nossa sentença não é aparentemente severa. Consiste em escrever sobre o corpo do condenado, por meio do ancinho, a disposição que ele mesmo violou. Por exemplo, as palavras inscritas sobre o corpo desse condenado – e o oficial apontou o indivíduo – serão: *HONRA A TEUS SUPERIORES* (KAFKA, 1992, p.121).

Nota-se que através do discurso pronunciado pelo oficial, existe uma relação de proximidade entre os dispositivos de cunho judiciário com os valores temporais da religião. Podemos dessa forma observar, que a figura do líder totalitário que conduz seu rebanho, no sentido de discipliná-lo através das regras reguladoras, se configura com as mesmas peculiaridades do qual é portador o pastor ou mentor espiritual que guarda suas ovelhas. Genealogicamente, o poder despótico do Estado encontra-se calcado no poder espiritual e pedagógico:

O pai de família, o superior de convento, o pedagogo e o professor, em relação à criança e ao discípulo. Existem portanto muitos governos, em relação aos quais o do príncipe governado o seu Estado é apenas uma modalidade. Por outro lado, todos esses governos estão dentro do Estado ou da sociedade (FOUCAULT, 2004, p.280).

Como foi frisado antes, Kafka conhecia muito bem os mecanismos de poder imbuídos nas instituições jurídicas, ao ponto de desenvolver uma narrativa que aparecesse claramente o grotesco e o bizarro dessa maquinaria, na qual negava todo e qualquer acesso dos indivíduos ao seu conhecimento e mais do que isso, às formas elementares como ela se constituía. Assim sendo, conhecendo essa legislação, via dentro dela uma heterogeneidade de irregularidades e o surgimento de um Estado burocrático, que se apresentava como um monstro de poderes ilimitados. Observando bem a obra *A colônia Penal*, tomamos a consciência de que tal narrativa enuncia a situação caótica que determinados sujeitos inseridos em tal contexto se encontraram, a mercê dos dispositivos judiciais, e estes os oprimindo independentemente de sua condição.

No decorrer do conto, encontramos o despotismo típico dos estados totalitários que emergiram no começo do século XX. Estes regimes tinham como principal propósito, além da instituição do terror como bem estar geral de todos, a proposta de uma ideologia na qual se assegurava a aniquilação humana, pois o Nazismo enquanto grande flagelo desse século, buscava constantemente, através de uma exaustão discursiva propagada nos órgãos da imprensa alemã, legitimar a superioridade da raça e destituir de seu território aquela determinada etnia que não se enquadrava em seus padrões estéticos, morais ou culturais. Assim sendo, seguindo esse viés onde o poder se exerce de forma cruel e total, as arbitrariedades contidas na colônia, se dão, por exemplo, quando o explorador pergunta e questiona o oficial que detém a máquina mortífera a respeito da sentença que cairá sobre o condenado:

- Não conhece sua sentença?
- Não, seria inútil anunciar – lha. Já a conhecerá na própria carne.
- Mas ao mesmo sabe que foi condenado?
- Também não – disse o oficial.
- Não? – disse o explorador – então o indivíduo também ignora como foi conduzida a sua defesa?
- Não lhe foi dada nenhuma oportunidade de defender-se – disse o oficial (KAFKA, 1992, p.122)

Penetrando com aguda profundidade na sociedade de seu tempo, o autor de *A metamorfose* constrói um monstruoso enredo onde o lado esquisito e até mesmo ridículo dos dispositivos judiciais é desmascarado através de uma máquina hedionda comandada por um indivíduo cuja mentalidade está concentrada apenas na ânsia da punição ilimitada. A partir de tal obra, podemos ilustrar com clareza até que ponto a disseminação da barbárie instituída pelo Estado, agia de forma a aniquilar a condição humana em nome da ordem. Marco da literatura ocidental do século XX, *A Colônia Penal* carrega consigo também uma materialidade discursiva que simboliza os mecanismos de poder do direito penal na modernidade. Direito este, que não deve ser entendido como algo naturalizado ou vazio de intencionalidade, mas sim, como um conjunto de técnicas e de estratégias que convergem para a sujeição dos indivíduos, como lembra Foucault :

O direito deve ser visto como um procedimento de sujeição, que ele desencadeia, e não como uma legitimidade a ser estabelecida. Para mim, o problema é evitar a questão – central para o direito – da soberania e da obediência dos indivíduos que lhe são submetidos e fazer aparecer em seu lugar o problema da dominação e da sujeição (FOUCAULT, 2004, p.182).

No conto, não encontramos nenhuma possibilidade de clemência para o condenado. Tudo o que existe é a sentença, da qual não apenas ele não pode se defender, como da qual não é informado: a principal parte da condenação – como já foi frisado – consistia em cravar no corpo do criminoso o mandamento que ele infringiu. Em outras palavras, instituir um estigma na subjetividade do indivíduo. Podemos entender, nesse surrealismo kafkiano os micro- poderes da governamentalidade atuando na forma de uma transferência da alma nos sujeitos. Dessa forma, Kafka nos revela o poder repressivo do Leviatã, - representado na máquina de tortura - tatuando no corpo do infrator a frase *HONRA TEUS SUPERIORES*, como outra forma de identidade que garanta a docilidade e a ordem.

Assim, como este determinado soldado que infringiu as regras, somos constantemente moldados, dilacerados, e tatuados dia - a - dia pelos efeitos do poder. Poder este que sempre nos interroga, através de seus efeitos de verdade:

(...) estamos submetidos à verdade no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados (...) e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos verdadeiros de poder (FOUCAULT, 2004, p.180).

Kafka elabora uma análise a respeito dos primeiros procedimentos de poder que emergiram na modernidade: o poder disciplinar, cujo principal alvo era o corpo do indivíduo. Os saberes modernos instaurados no final do século XVIII aboliram o suplício, no qual o corpo do condenado era esquartejado em praça pública, dando lugar posteriormente a novas táticas de docilização calcadas nas disciplinas. Este poder sobre o corpo é exposto por Kafka no discurso enunciado pelo oficial, quando o mesmo explica ao explorador o desdobramento e a função da hedionda máquina de tortura:

- Como você vê, a forma do ancinho corresponde a forma do corpo humano; aqui está a parte do torso; aqui estão os rastilhos para as pernas. Para a cabeça apenas existe essa agulhinha. Parece-lhe claro? O ancinho parece trabalhar uniformemente. Ao vibrar, rasga com a ponta das agulhas a superfície do corpo, estremecido por sua vez pela cama (KAFKA, 1992, p.124).

É possível constatar na descrição dessa minuciosa máquina, o que viria mais tarde assolar o mundo europeu: o flagelo do nazismo junto com seus carrascos. Não por coincidência, as duas irmãs de Kafka morreram nos campos de concentração. É, de certa forma angustiante observar como o autor já antevia aonde a humanidade iria chegar com sua extrema racionalização tecnicista em nome de um determinado valor defendido por mentes completamente doentias. Esse novo critério judicial, que emergiu na modernidade pelo Estado totalitário, o qual o escritor checo habitava, serviu para eliminar a espontaneidade dos sujeitos, transformando – os em coisas ou animais. Essa nova descoberta acerca dos dispositivos de poder do Estado, que foi exposto em romances como *O processo* e em *A Colônia Penal*, desnuda a principal característica desses regimes: a aniquilação humana em prol do bem estar social.

Assim sendo, Kafka se apresenta como um profeta do caos e como um pensador niilista e desencantado em relação aos desdobramentos da modernidade. Para ele o progresso não estava ausente da barbárie e da destruição do indivíduo. Seus personagens discursivos, dilacerados pelos poderes das instituições, enunciam o sofrimento e as angústias dos homens de seu tempo. Sua obra é o reflexo traumático desse sujeito da modernidade que carrega consigo a marca do choque.

O desfecho do conto se dá com uma súplica do oficial ao explorador para que este aceite e seja conivente com os modos de tortura e aniquilamento da máquina macabra. O explorador, angustiado e constrangido com o horror que observa, nega-se a fazer parte e ser cúmplice do oficial na referida execução. Assim, revoltado com a desistência do forasteiro, o carrasco, inexplicavelmente retira da máquina o sujeito que iria ser morto e se alto amarra nas correias do aparelho. Liga o dispositivo do mesmo, sendo constantemente esfacelado pelas agulhas que cravarão em seu corpo a seguinte frase: *SER JUSTO*.

MODERNIDADE E AMBIVALÊNCIA – O NILISMO KAFKIANO

Kafka retrata em suas obras a condição de desespero e absurdo do indivíduo lançado nas teias da civilização moderna. Seus personagens, diferentemente do idealismo romântico são sujeitos dilacerados e enclausurados pelas instituições que garantem o poder em prol da ordem. O herói kafkiano é o anti- herói, o herói trágico, desesperado e alienado num mundo que não consegue compreender. O próprio autor em seus diários e livros de memórias expôs com lucidez tais pensamentos: “somos pensamentos niilistas aparecidos no cérebro de Deus. Somos uns de seus maus humores, um dia ruim dele” (KAFKA apud KONDER, 1974, p. 141).

Numa Europa mergulhada em catástrofes e perseguições étnicas, onde a violência dos Estados totalitários anunciariam mais tarde o terror e o genocídio dos sujeitos segregados, era previsível que uma sensibilidade como a de Kafka soasse como um tom de denúncia, apontando com segurança o quanto as promessas trazidas pela modernidade se esvaíram por água à baixo. As sociedades modernas – vale dizer, a sociedade ocidental – mostraram muito mais tendências de extrema barbárie, do que um humanismo solidário e pacífico. O nazismo e o stalinismo são exemplos contundentes desse projeto “civilizador¹”.

Apesar do avanço tecnológico, econômico e burocrático, a humanidade não só não alcançou a plenitude como se afundou num estado de selvageria e absurdo. Com o avanço da civilização e seus dispositivos de controle, surgiram com ela dois elementos fundamentais para o cerceamento dos sujeitos: o medo e a dominação que regem a relação entre os homens. Dessa forma, esse projeto mal acabado submeteu o homem a um processo de classificação, transformando-o em um elemento de dominação, na medida em que destruiu os seus instintos vitais de espontaneidade, como lembra bem Walter Benjamin:

Os obstáculos que a modernidade contrapõe ao elã produtivo natural do ser humano encontra-se em desproporção às forças dele. É compreensível que o indivíduo chegue a fraquejar, refugiando-se na morte. A modernidade deve estar sob o signo do suicídio, que apõe o seu selo a um querer heróico que não faz concessões à atitude que lhe é hostil (BENJAMIN, 1985, p.99).

Além de expor a situação de desesperança desse sujeito no conto *A Colônia Penal*, na qual acabamos de analisar, Kafka, no romance *O Processo*, escrito em 1914, retrata a terrível situação do bancário Joseph K. , um indivíduo comum, profissional liberal, que ao acordar encontra-se com dois sujeitos misteriosos em seu quarto, os quais afirmam

¹ Pensamento de Adorno em *A Dialética do Esclarecimento*.

que o mesmo está preso. O personagem é interrogado por funcionários que se recusam a esclarecer a natureza do delito que por ventura ele teria cometido. É julgado num tribunal que lhe impede todo o acesso dos juízes. É pretensamente representado a um advogado que trata seus clientes de forma arrogante, humilhante e brutal. Finalmente, Joseph K. é executado sem nenhuma explicação, “como se fosse um cão”.

Kafka, como um escritor moderno, oriundo de uma sociedade de controle, descreve nessa referida obra, as formas jurídicas mais temíveis: a quitação aparente das sociedades disciplinares e a repressão do Estado. Joseph K., percebe muito bem esses dispositivos no momento de seu julgamento, quando afirma:

Qual a finalidade dessa grande organização meus senhores?
(...) consiste em deter inocentes e mover-lhes um processo
insensato e, na maioria das vezes, como é o meu caso, (...)
carente completamente de resultados (KAFKA, 2003, p.78).

No Estado totalitário, as forças cerceadoras negam toda a vontade impulsiva dos indivíduos. A liberdade não apenas se reduz a sua última e aparente função, como perde toda a sua importância, porque a consequência de seus exercícios é compartilhada por pessoas completamente inocentes. Nesses governos na qual a barbárie é instituída como garantia da ordem social, o terror – como servo obediente desse processo moderno de controle – tem de eliminar não apenas a liberdade, “mas a própria fonte de liberdade que está no nascimento do homem e na sua capacidade de começar de novo” (ARENDR, 2006, p. 518).

Portanto, através dos discursos enunciados por seu trágico herói Joseph K., o escritor consegue com aguda lucidez desmontar o mecanismo da máquina judicial que os tempos modernos criou e que tem a necessidade da lei para garantir a ordenação de todos. Através do conto *A Colônia Penal* e de romances como *o Processo*, Kafka aponta para a racionalidade como portadora de fins destrutivos, na qual o Estado que a mantém faz parte da elaboração desse processo. A racionalidade estatal, mas do que ser percebida enquanto um elemento a ser legitimado, aqui, ao contrário, ganha estatuto de sujeição:

A racionalidade é o que programa e orienta o conjunto da
conduta humana. Há uma lógica tanto nas instituições quanto
na conduta dos indivíduos e nas relações políticas. Há uma
racionalidade mesmo nas formas violentas. O mais perigoso
na violência é sua racionalidade (FOUCAULT, 2006, p. 319).

São essas contradições e ambivalências do projeto racional moderno que Kafka sempre focou com um tom às vezes irônico e na maioria enquanto denúncia. O raquítico de praga, como era chamado, se revela como uma figura do desespero que não acha saída nesse espaço de labirintos do qual habita, culminado dessa forma em uma atitude

niilista que o levou a agir pela negação do mundo e de todos . Através das angústias de seus enclausurados personagens, ele consegue enxergar o outro lado podre do aparelho de Estado: por trás dos discursos modernizantes de suas instituições, Kafka também viu o encarceramento dos corpos e dos espíritos numa lógica repressiva do saber e do poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BENJAMIN, W. **Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1985.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

. **Ditos E Escritos. Estratégia, Poder, Saber**. Editora Forense, 2006.

KAFKA, F. **A Colônia Penal**. São Paulo: Ediouro, 1992.

O Processo. São Paulo: Martin Claret , 2003.

KONDER, L. **Kafka Vida e Obra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

LIMA, L.C. **História. Ficção. Literatura**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.